

JOSÉ MATEUS TEIXEIRA RIBEIRO

A PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA EM MISSÕES DE PAZ

A contribuição para a inserção internacional do país

Trabalho de Conclusão de Curso - Monografia apresentada ao Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra como requisito à obtenção do diploma do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia.

Orientador : CMG (FN) RM1 FERNANDO MOSÉ
DA SILVA ABREU

Nome do Estagiário: Cel Eng JOSÉ MATEUS
TEIXEIRA RIBEIRO

Rio de Janeiro
2014

Este trabalho, nos termos de legislação que resguarda os direitos autorais, é considerado propriedade da ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (ESG). É permitido a transcrição parcial de textos do trabalho, ou mencioná-los, para comentários e citações, desde que sem propósitos comerciais e que seja feita a referência bibliográfica completa.

Os conceitos expressos neste trabalho são de responsabilidade do autor e não expressam qualquer orientação institucional da ESG

José Mateus Teixeira Ribeiro - Cel Eng

Biblioteca General Cordeiro de Farias

Ribeiro, José Mateus Teixeira Ribeiro.

A participação brasileira em missões de paz: a contribuição para a inserção internacional do país/ Cel Eng José Mateus Teixeira Ribeiro. - Rio de Janeiro : ESG, 2014.

38 f.: il.

Orientador: CMG (FN) RM1 Fernando Mosé da Silva Abreu

Trabalho de Conclusão de Curso – Monografia apresentada ao Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra como requisito à obtenção do diploma do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE), ano.

1. Missões de Paz. 2. ONU. 3. Forças de manutenção da Paz.
I.Título.

***Ao Soldado da Paz, um homem simples
que dedica o maior bem que possui, sua
vida, ao sonho da paz mundial.***

AGRADECIMENTOS

Aos meus amigos de jornada, colegas que um dia compartilharam intensamente a minha vida e seguiram seus próprios caminhos. A convivência com vocês me ajudaram a ser o que sou hoje.

Aos meus mestres que me orientaram e foram os exemplos da vida acadêmica.

Aos meus amigos do CAEPE pelo convívio harmonioso e pelas novas conquistas.

Não tem sentido viver sem agir de forma coerente com o nosso pensar. Ao longo do viver temos que, pelo menos uma vez, tentar construir um mundo melhor e realizar nossos sonhos.

RESUMO

Esta monografia aborda a participação brasileira em missões de paz como uma maior projeção brasileira no cenário mundial. O objetivo deste estudo é, a partir de uma análise das tabelas da contribuição dos países às missões de paz, identificar a importância da presença brasileira nas missões de paz à cargo da ONU. A metodologia adotada constou de uma pesquisa bibliográfica e documental, buscando referências teóricas, além da vivência do autor como integrante da tropa de paz brasileira da Missão para Estabilização do Haiti das Nações Unidas (MINUSTAH). O trabalho também apresenta um histórico das diversas fases das missões de paz, abordando o período a transição das missões clássicas para as multidisciplinares. O foco do estudo delimitou-se com a análise do histórico das missões e o estabelecimento de grupos de países que o Brasil vem a buscar uma maior comparação. No trabalho, os dados brasileiros foram comparados com grupos consagrados entre os quais o Brasil faz parte ou almeja pertencer. Os grupos levantados foram: os BRICS, MERCOSUL, as maiores economias mundiais e os países membros permanentes do CS da ONU. Por fim, foi feita uma análise comparativa da média de elementos enviados pelos países, colocando o Brasil em confronto com cada país e em relação ao grupo em pauta. A conclusão avalia se o Brasil tem condições de pleitear uma assento permanente no CS da ONU tendo em vista sua maior contribuição para as missões de paz sob a égide da ONU.

Palavras chave: Missões de Paz. Forças de manutenção da paz da ONU.

ABSTRACT

This monograph examines the participation of Brazil in peace missions playing a major role on the world's stage. The objective of this study, which was obtained from an analysis of graphs of countries that contribute to peace missions, is to identify the importance of the presence of Brazil in Peace Missions according to the Department of Peace Keeping Operations.

The research for this study was taken from bibliography and documents, seeking theoretical references, plus the experience of the author who was part of the military Peace Mission for the MINUSTAH in Haiti. The paper also portrays the various stages of peace missions, which covers the period between the transitions from conventional to multidisciplinary missions.

The focus of this study was based on the analysis of the history of the peace missions and the establishment of the groups of countries that Brazil has been seeking to belong to. In this paper, Brazilian data was compared to prominent groups of countries to which Brazil belongs or would like to belong.

These were the groups analyzed: BRICS, MERCOSUR, the world's largest economies and permanent members of the UN Security Council.

Finally, an analysis of average elements was made and sent by these countries comparing Brazil with each country mentioned above and in relation to the group in question.

The conclusion points out that Brazil is able to claim a permanent seat in the UN Security Council in view of its outstanding participation in peace missions.

Keywords: Peace Missions. Peacekeeping operations.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01	Missões das Nações Unidas em andamento (ano 2014).....	29
-----------	--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Países membros do MERCOSUL 2002-2009	30
Tabela 2 Países membros do MERCOSUL 2010-2014	30
Tabela 3 Maiores economias do mundo 2002-2008.....	31
Tabela 4 Maiores economias do mundo 2009-2014	32
Tabela 5 Países BRICS 2002-2009	33
Tabela 6 Países BRICS 2010-2014	33
Tabela 7 Membros permanentes do CS da ONU 2002-2009	34
Tabela 8 Membros permanentes do CS da ONU 2010-2014	34

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGNU	Assembleia Geral das Nações Unidas
BRIC	Brasil, Rússia, Índia e China
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CLDN	Conselho da Liga das Nações
CS	Conselho de Segurança da ONU
DOMREP	Missão do Representante Especial do Secretário-Geral da ONU na República Dominicana
FDR	Franklin Delano Roosevelt
FTM	Força Tarefa Marítima
LDN	Liga das Nações
MONUSCO	Missão das Nações Unidas para a Estabilização na República Democrática do Congo
MINUSTAH	Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONU	Organização das Nações Unidas
IGM	Primeira Guerra Mundial
IIGM	Segunda Guerra Mundial
UNEF 1	Força de Emergência das Nações Unidas no Oriente Médio
UNFICYP	Forças das Nações Unidas no Chipre
UNIFIL	Missão das Nações Unidas no Líbano
UNIPOM	Missão de Observação das Nações Unidas para a Índia e o
UNSCOB	Comissão Especial das Nações Unidas nos Balcãs
UNTEA/UNSF	Força de Segurança das Nações Unidas na Nova Guiné Paquistão
USA	United States of América (Estados Unidos da América)

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	MARCO TEÓRICO	14
3	O BRASIL NA LIGA DAS NAÇÕES	16
3.1	O Brasil na Liga das Nações.....	17
3.2	A participação brasileira como mediador de conflitos	19
4	A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS.....	20
4.1	Atuação como mantenedora da paz.....	20
4.2	Classificação das operações de paz.....	22
4.3	Outra classificação de missões de paz.....	23
4.3.1	Operações clássicas.....	24
4.3.2	Operações multidisciplinares.....	24
5	A PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA EM MISSÕES DE PAZ.....	26
5.1	Missões até 1987.....	26
5.2	Missões de 1988 até os dias atuais.....	27
6	PARTICIPAÇÃO DO BRASIL E DE OUTROS PAÍSES NAS MISSÕES DE PAZ.....	28
6.1	Países membros do MERCOSUL.....	29
6.2	As maiores economias mundiais.....	31
6.3	Os BRICS - Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.....	32
6.4	Os membros do Conselho de Segurança da ONU e o Brasil.....	34
7	CONCLUSÃO.....	36
	REFERÊNCIAS	38

1 INTRODUÇÃO

A origem das missões de paz a cargo da Organização das Nações Unidas (ONU) pode ser encontrada na Liga das Nações (LDN). Criada nos anos 20 do século XX, a LDN iniciou o processo de intervenção militar com o intuito de evitar a escalada de crises que poderiam transformar-se em conflitos de maiores proporções. Nessas missões iniciais eram enviados observadores ou forças militares para zelar pela ordem, administrar os territórios em conflito e monitorar cessar-fogos. Entretanto, antes mesmo da criação desta instituição multilateral, que tinha como um dos objetivos manter a paz, aceitava-se a ideia de que as maiores potências militares deveriam intervir para garantir a paz e evitar que o conflito toma-se maiores dimensões.

O surgimento de organismo para evitar que conflitos bélicos acontecessem realmente só encontra respaldo nos momentos de pós conflito europeu. A dor do desastre causado pelos dois conflitos mundiais levaram os europeus a pensar sobre o preço que deveria ser pago para evitar um novo apocalipse.

O mundo estava construído por famílias destruídas, jovens incapazes, indústrias que produziam armas cada vez mais mortíferas em detrimento de comida para seus povos. Gerações haviam sido perdidas, sonhos transformaram-se em pesadelos, cemitérios eram ponto de encontro de milhões de corpos, de centenas de história de heroísmo, mas de dor, somente dor. Mães não tinham mais lágrimas para chorar. Era necessário dar um basta nisso.

A esperança seria colocada em instituições multinacionais do pós guerra. Primeiro a LDN, depois a ONU, mas o caminho seria longo até conseguir definir como tratar um assunto que assolava o mundo.

A definição de conflito parece clara e simples, mas como definir as operações de paz?

1 (Operações de Paz) São aquelas formadas por forças dependentes dos órgãos das Nações Unidas e por contingentes militares de pequenas ou médias potências e que são enviadas para os focos de tensão, a pedido ou com o consentimento dos Estados interessados, com o intuito de evitar que a ruptura da paz internacional gere graves perturbações na ordem interna. Estão sujeitas a deveres de imparcialidade e o uso da força apenas para os casos de legítima defesa.

Ou ainda:

2 As operações de paz são por definição ações envolvendo o uso de pessoal militar com o consenso de todas as partes envolvidas, sem o recurso à força armada, exceto em casos de legítima defesa. Sob o ponto de vista administrativo, afirma FONTOURA que: as operações de paz são órgãos subsidiários do CSNU, com base no artigo 29 da Carta da AGNU, ao abrigo do artigo 22. Cada uma delas está sob a autoridade política do órgão colegiado que a criou e sob a autoridade administrativa do Secretário-Geral da Organização.

Assim pode-se observar que, no âmbito da ONU, as operações de paz surgiram como uma medida de contingência, com o intuito de colocar em prática um sistema de segurança coletiva idealizado na carta de São Francisco(1945).

Recentemente, no ano de 2011, em seu discurso de despedida, quando o Brasil se afastaria do Conselho de Segurança da ONU, como membro não permanente, a Embaixatriz brasileira, Maria Luiza Ribeiro Viotti, afirmou que o Brasil investiu no diálogo e em soluções diplomáticas. Destacou ainda o debate onde o país lançou o conceito de responsabilidade ao proteger. Neste conceito o Brasil reafirma que as forças da ONU devem garantir a segurança de civis em casos de conflitos e onde o uso de força para controlar a região deva ser empregado.

Este conceito "responsabilidade ao proteger" ainda deve ser debatido, principalmente pelas implicações que dele resultam, bem como o custo operacional de colocá-lo em prática diante de conflitos que movimentam dezenas de milhares de refugiados. Talvez procurando amenizar o profundo impacto dos conflitos, a ONU desenvolveu o conceito de operações multidisciplinares, que é o modelo atuam que vem sendo implementadas a partir de 1988.

O desenvolvimento do trabalho será realizado buscando comparar a participação brasileira diante de outras nações descobrindo qual é o verdadeiro peso desta presença verde amarela.

Para isso, o trabalho foi dividido em sete seções que abordam o tema, partindo de uma introdução ao tema e dos princípios que nortearam a criação dos principais organismos internacionais que procuraram, de alguma forma, construir a paz.

Na segunda seção tratamos sobre o modelo teórico adotado e de como a pesquisa será realizada.

Procurando esclarecer a origem dos organismos internacionais, escrevo o terceiro capítulo que trata sobre a Liga das Nações. Seu histórico, criação, a participação brasileira e por fim a atuação verde-amarela, como mediador de conflitos.

Na quarta seção, é abordada a Organização das Nações Unidas, instituição herdeira da Liga das Nações. Nestas páginas procuro tratar sobre sua criação, a atuação como mantenedora da paz, escrevo sobre a classificação das operações de paz e sobre outras formas de classificar as missões de paz, das operações de manutenção da paz clássicas e das multidisciplinares.

Já na seção cinco, há uma pesquisa sobre a participação brasileira nas missões de paz. Abordo o histórico da participação brasileira sob a égide da ONU, dividindo a participação brasileira até 1987 e depois até os dias atuais.

Na sexta seção, compara-se o envio de militares e civis para as missões de paz com outras nações. Utilizando dados extraídos de relatórios mensais da ONU, especificamente do mês de maio, compara-se a presença brasileira com países que sempre buscamos comparação de alguma forma. Por isso dividi em grupos com certas características enquadrando-os nos seguintes grupos: países membros do MERCOSUL, maiores economias mundiais, os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e os membros do Conselho de Segurança da ONU e o Brasil.

Por fim, a conclusão procura-se destacar os pontos mais importantes da análise, tentando identificar qual vem a ser o peso diante destes grupos da participação brasileira junto as missões de paz da ONU.

2 MARCO TEÓRICO

Este trabalho usa como um dos marcos referencial a Teoria da Cooperação. Pode-se definir esta teoria como um conjunto de relações que não estão baseadas na coerção ou força, mas sim, na legitimação, por uma organização internacional, a exemplo da ONU ou da Comunidade Europeia (CE).

Aborda também a teoria das relações internacionais, onde o foco vem a ser o estudo das causas dos conflitos e as condições para cooperação entre nações.

Já Maturana defende que o sentido do ser humano está na sua capacidade de cooperar e interagir com o outro. Este processo levaria à evolução e à própria sobrevivência da sociedade diante de outros grupos sociais.

Ao longo dos séculos, os estados, sendo os principais atores legítimos dentro do sistema internacional, apresentaram padrões internos de conflitos e de cooperação. Alguns fatores que contribuem para o surgimento e o fortalecimento da coesão, como o nacionalismo, ou para a fragmentação como os conflitos étnicos. Já no âmbito da relações internacionais, existem outros fatores que acabam por exercer uma influência importante nas relações entre estados. Os estados alcançam seus objetivos de segurança pela cooperação e pelo conflito entre si. As teorias de cooperação, juntamente com as teorias de conflito formam a base necessária para a compreensão da construção de organismos internacionais como a ONU e a busca da solução de conflitos por meio das missões de paz.

A cooperação deve ocorrer como resultado de acordos estabelecidos entre estados, ora em resposta a questões internacionais, ora em busca de maior aproximação econômica entre os povos. Estes procedimentos acabam por estabelecer alianças cada vez mais profundas, o que constituem para evitar conflitos armados.

Com base neste pensamento teremos os Catorze Pontos de Wilson, que apesar de terem sido rejeitados no próprio Estados Unidos da América, não se deve deixar de reconhecê-los como o marco que norteia os princípios dos grandes organismos multinacionais do século XX.

Baluartes dos novos organismos internacionais, os pontos de Wilson se mostraram muito avançados para alguns países e para a constituição das próprias instituições internacionais. Foram necessárias mais algumas décadas e outro grande conflito mundial para que a sociedade internacional conseguisse entender a

necessidade de um organismo que superasse os interesses nacionais e que tivesse, na sua essência, a finalidade precípua de preservar a paz.

Diante das crises internacionais que conduzem os estados à eminência de um conflito, a cooperação, conduzida por instituições multinacionais, seria um dos maiores fatores atenuadores, com o intuito claro de evitar que ocorra um agravamento da crise.

A cooperação entre estados tem que ter como base e princípio o desenvolvimento mútuo, evitando assim o crescimento de desigualdades e o aparecimento de antagonismos que podem levar a crises internacionais, trazendo consequências desastrosas para o mundo, como foram os exemplos dos dois grandes conflitos mundiais contemporâneos.

A cooperação pode ser ainda construída de forma mais explícita ou tácita, podendo, inclusive, ser o resultado das relações entre os estados de tamanho desproporcional.

Os atores estatais desenvolvem suas relações externas no âmbito das organizações internacionais e de acordo com os regimes vigentes dessas instituições, estabelecem normas, regulamentos e procedimentos que viabilizam processos decisórios. Neles, os Estados procuram solucionar seus assuntos e convergir suas expectativas.

Na solução dos conflitos externos e internos, os estados procuram, por meio dos organismos internacionais, a resolução dos suas desavenças e, até mesmo, o apoio para chegar à Paz.

3 A LIGA DAS NAÇÕES

Logo na segunda década do século XX o mundo já havia vivenciado um dos seus momentos mais sangrentos, a Primeira Guerra Mundial. Foram milhões de mortos e outros milhões de feridos.

No final da Primeira Guerra Mundial, em 1918, o presidente norte americano, Woodrow Wilson propôs catorze pontos para que, a partir daquele momento, fossem resolvidos os conflitos entre as nações evitando causar novos conflitos armados de proporções mundiais. Estes pontos acabaram por ser reconhecidos como os "catorze pontos de Wilson" ou "os catorze pontos para a paz". Os pontos foram os seguintes:

1. Evacuação e restauração da Bélgica, sem qualquer restrição à sua soberania;
2. Evacuação do território Francês, restauração das regiões invadidas e reparação dos prejuízos causados à França em 1871, relativamente à Alsácia-Lorena;
3. Evacuação do território Russo e livre regulação dos seus destinos políticos;
4. Retificação das fronteiras Italianas, conforme o princípio das nacionalidades;
5. Possibilidade de um desenvolvimento autônomo para os povos da Áustria-Hungria;
6. Evacuação da Romênia, da Sérvia e do Montenegro e concessão à Sérvia de uma comunicação marítima;
7. Limitação da soberania Otomana às regiões genuinamente Turcas, com autonomia para todas as outras nacionalidades e garantias internacionais para o livre trânsito no estreito de Dardanelos;
8. Independência da Polônia, com livre acesso ao mar;
9. Criação de uma sociedade de nações, oferecendo garantias mútuas de independência política e de integridade territorial, não só aos grandes como aos pequenos Estados;
10. Regulação imparcial das questões coloniais;
11. Garantias recíprocas para a redução dos armamentos;
12. Supressão, na medida do possível, das barreiras econômicas, igualdade comercial para todos os Estados;
13. Liberdade de navegação; e
14. Publicidade dos Tratados e conseqüente abolição das alianças secretas entre os Estados.

Pode-se abordar o ponto número 14, no qual as Nações não deveriam firmar acordos diplomáticos secretos; estes acordos deveriam ser ratificados pelo povo (representantes) e reconhecidos publicamente, evitando acordos que posteriormente poderiam ser questionados pela população. Outro ponto, número 12, era a crença que o livre comércio poderia reforçar os elos entre as Nações aproximando mais os povos e aumentando a cooperação bilateral.

Sobre a política imperialista, ainda praticada pelas principais nações europeias, e um dos principais motivos da Primeira Guerra, Wilson levanta a necessidade dos povos colonizados terem uma forma de serem representados juntos as suas metrópoles de modo a terem suas necessidades reconhecidas, discutidas e atendidas.

Já sobre as Forças Armadas, os catorze pontos propunham que a mobilização e o desenvolvimento do aparato bélico fossem restritos ao necessário para a segurança nacional, evitando assim uma corrida armamentista que levasse a novos conflitos.

O ponto número nove apresentava a ideia da criação de uma instituição internacional que pudesse resguardar a autonomia de pequenas e médias nações, evitando assim a ingerência de grandes estados sobre a autonomia de outros menos fortalecidos. Este foi um dos pontos mais importantes e, na verdade, o ponto embrionário para a criação das Ligas das Nações, o organismo internacional que antecede a ideia da criação da Organização das Nações Unidas.

A Liga das Nações, acabou por ser criada em Versalhes, durante as discussões sobre a construção da paz após a Primeira Guerra Mundial. Oficialmente, a Liga das Nações funcionou de 1920 a 1947.

3.1 O Brasil na Liga das Nações

Por ter participado do conflito europeu enviando uma missão médica e observadores junto ao Exército Francês, e ainda ter sido o único país Sul americano convidado a estar presente na construção do Tratado de Versalhes, o Brasil foi um dos primeiros signatários da criação da LDN.

A participação brasileira na LDN foi marcada, desde o início, com a significativa presença no Conselho da Liga, como membro não permanente. Por

várias vezes chegou a presidir as reuniões. O primeiro representante brasileiro na Liga das Nações foi Gastão da Cunha, sucedido por Domício da Gama. No Governo Artur Bernardes, Afrânio de Melo Franco foi encarregado de tal função. Nos anos inaugurais da Liga, o Brasil teve destaque nos principais assuntos tratados em seu âmbito: a) o Tratado de Assistência Mútua, elaborado por Domício da Gama; b) a Questão das Minorias, surgida principalmente pelo esfacelamento do Império Austro-húngaro, que tinha em Afrânio de Melo Franco um especialista; c) a reforma do Conselho da Liga das Nações. O papel de relevo exercido pelo Brasil nos primeiros anos da Liga levou o representante chileno, em 1921, a defender que a cadeira brasileira no Conselho se tornasse permanente, uma vez que o congresso americano não ratificara o Tratado de Versalhes e, por conseguinte, o Pacto da Liga das Nações, estando vago um lugar destinado à nação Norte Americana no Conselho da Liga. Segundo João Pandiá Calógeras, um dos representantes brasileiros em Versalhes, naquele momento o Brasil tornara-se o porta-voz de toda a América Latina, mais o Haiti e a China, o que nos fazia representar oito votos, aumentando o peso da representação diplomática brasileira no Conselho.

Porém, no ano de 1926, a Alemanha ansiava por entrar na Liga das Nações e no Conselho da Liga, com um lugar permanente. Esta pretensão era vista, por muitos países europeus, como uma oportunidade de consolidar a Paz no continente europeu diante de questões como o reconhecimento de minorias que poderiam levar a um novo conflito continental. Consonante com as pretensões brasileiras o nosso representante vetou a entrada da Alemanha no Conselho, o que fez com que aumentassem as pressões europeias sobre a posição brasileira.

Nos bastidores de Genebra, entretanto, as questões ligadas às representações entravam numa fase crítica entre os diferentes países europeus: a Grã-Bretanha e a França se achavam num beco sem saída. O veto do Brasil veio salvar as aparências e pelo adiamento da entrada da Alemanha foi responsabilizado o Brasil.

Em vista da nova situação criada, só restava ao Brasil uma solução: retirar-se da Liga. Foi o que oficialmente comunicou Melo Franco ao Conselho, a 10 de junho, em sessão pública. (SALGADO,p. 389)

Diante da posição dos países do conselho da Liga, que não iriam aprovar a entrada do Brasil como membro permanente e com a perda de apoio de países

que eram aliados brasileiros, o Brasil não teve outra saída a não ser afastar-se da LDN, deixando espaço para a entrada da Alemanha no Conselho.

A denúncia brasileira ao Pacto da LDN ocorreu em 12 de junho de 1926, no governo do Presidente Artur Bernardes. Porém, como se previa na carta da LDN, somente dois anos após a denúncia o Brasil realmente se retirou da instituição, mas passou a adotar o "conceito de colaboração desinteressada do Brasil com a LDN". Isto o levaria a participar de quaisquer atividades da Liga quando convidado e fosse de seu interesse.

Depois da saída brasileira, outros países também foram deixando a Liga, o que configurou o declínio rápido da instituição, caracterizado, ainda mais, pela ineficácia de conter a escalada dos conflitos latentes no teatro europeu, que acabaram por conduzir o mundo à Segunda Guerra Mundial (IIGM).

3.2 A participação brasileira como mediador de conflitos

Em 1934, Peru e Colômbia travaram uma guerra pelo controle da região de Letícia junto à divisa brasileira no estado do Amazonas, adjacente a cidade de Tabatinga. A Liga das Nações foi motivada a intervir neste conflito e chamou o Brasil para chefiar a missão que negociaria a paz

Composta por militares de ambos os países contendores e chefiada por um oficial brasileiro, mesmo tendo o Brasil já se desligado da LDN, o conflito foi solucionado sem um maior agravamento. Em maio de 1934, pouco mais de dois anos após o início das hostilidades, Peru e Colômbia assinaram um tratado que pôs fim a questão de Letícia.

Devido à condução desta negociação, a participação brasileira foi destacada, tendo sido uma referência a atuação do oficial com o chefe da missão, agindo de forma imparcial diante dos militares de ambos os países. Este foi o marco pioneiro da participação brasileira como mediador de conflitos.

Para que as demais situações fossem solucionadas da mesma forma a LDN teve que interpretar parte dos artigos do pacto de sua criação de forma a permitir que a Liga tomasse medidas cabíveis para garantir a Paz. Os membros da LDN interpretaram que todos os conflitos interessavam aos países membros e que estes poderiam desencadear ações de forma a construir a harmonia entre as Nações, evitando assim o desenrolar de conflitos bélicos.

4 A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

Durante a Segunda Guerra Mundial (IIIGM), que devastou dezenas de países e ceifou milhões de vidas, o pensamento de que era necessária a existência de organismo internacional capaz de evitar que ocorressem conflitos bélicos de grandes proporções continuava forte e era uma determinação na mente de alguns dirigentes mundiais. Esta ideia teve, no pensamento do Presidente americano Franklin Delano Roosevelt(FDR) um dos maiores defensores e incentivadores para que uma nova organização fosse criada em substituição à LDN.

Em janeiro de 1942, o nome Nações Unidas foi concebido pelo presidente norte-americano Franklin Roosevelt e utilizado, pela primeira vez, na Declaração das Nações Unidas quando os representantes de 26 países assumiram o compromisso de que seus governos continuariam lutando contra as potências do Eixo (Alemanha, Itália e Japão).

O primeiro documento oficial desta nova organização foi elaborado na Conferência de São Francisco, onde com a presença de representantes de 50 países, foram traçados os princípios básicos para a criação da Organização das Nações Unidas (ONU). Desde este primeiro ato, o Brasil se fez presente dando credibilidade e apoio ao nascimento desta instituição.

Entretanto, somente em 24 de outubro de 1945, após o fim da SGM, a Carta das Nações Unidas foi ratificada.

Durante a primeira reunião da Assembleia Geral, que aconteceu na capital do Reino Unido, Londres, em 1946, ficou decidido que a sede permanente da Organização seria nos Estados Unidos. Em dezembro de 1946, John D. Rockefeller Jr. ofereceu cerca de oito milhões de dólares para a compra de parte dos terrenos na margem do East River, na ilha de Manhattan, em Nova York. A cidade de NY ofereceu o restante dos terrenos para possibilitar a construção da sede da Organização.

4.1 Atuação como mantenedora da paz

As operações de paz das Nações Unidas são um instrumento singular, dinâmico e multinacional, desenvolvido pela organização para ajudar os países devastados por conflitos a criar as condições para alcançar uma paz permanente,

duradoura e consubstanciada. A primeira operação de paz das Nações Unidas foi estabelecida em 1948, quando o Conselho de Segurança autorizou a preparação e o envio de militares da ONU para o Oriente Médio para monitorar o Acordo de Armistício entre Israel e seus vizinhos árabes. Até abril de 2014, sessenta e três operações de paz das Nações Unidas foram criadas.

Ao longo dos anos, as operações de paz tiveram uma série de mudanças com o intuito de atender às necessidades de diferentes conflitos e panoramas políticos. Desenvolvidas na época em que as rivalidades da Guerra Fria frequentemente paralisavam o Conselho de Segurança, os objetivos das operações de paz da ONU eram a princípio limitados à manutenção de cessar-fogo e alívio de tensões sociais, para que os esforços, em nível político e diplomático, resolvessem o conflito por vias pacíficas. Estas missões foram compostas por observadores militares e tropas equipadas com armamento leve, com a função de monitorar e ajudar no cessar-fogo e em acordos de paz limitados.

Com o fim da Guerra Fria, o contexto estratégico para as tropas de paz da ONU mudou dramaticamente, fazendo com que a organização expandisse seu campo de atuação, de missões “tradicionais” envolvendo somente tarefas militares à complexas operações “multidimensionais” criadas para assegurar a implementação de abrangentes acordos de paz e ajudar a estabelecer as bases para uma Paz sustentável. Hoje, as operações realizam uma grande variedade de tarefas, desde ajudar a instituir governos, monitorar o cumprimento dos direitos humanos, assegurar reformas setoriais, até o desarmamento, desmobilização e reintegração de ex-combatentes.

A natureza dos conflitos também mudou ao longo dos anos. Originalmente desenvolvidas como uma maneira de lidar com conflitos internacionais, as operações de paz têm atuado cada vez mais em conflitos intranacionais e guerras civis. Embora a força militar permaneça como o suporte principal da maioria das operações, atualmente as missões contam com administradores e economistas, policiais e peritos em legislação, especialistas em desminagem e observadores eleitorais, monitores de direitos humanos e expertos em governança e questões civis, trabalhadores humanitários e técnicos em comunicação e informação pública.

As missões de paz das Nações Unidas continuam a evoluir, tanto conceitualmente como operacionalmente, para responder a novos desafios e realidades políticas. Frente à crescente demanda por missões cada vez mais

complexas, a ONU, nos últimos anos, tem sido cobrada e desafiada como nunca. A organização tem trabalhado vigorosamente para fortalecer sua capacidade de administrar e sustentar as operações e, deste modo, contribuir para sua mais importante função: manter a segurança internacional e a paz mundial.

4.2 Classificação das operações de paz

Muitos tentam classificar as missões de paz e a grande dificuldade para se definir isto é que a Carta da ONU não faz referência clara a estas ações, nem a Assembleia Geral e o Conselho de Segurança emitiram resoluções específicas¹, que contemplem o assunto. O ponto de referência passa a ser documentos emitidos que foram agrupados com o título "Uma Agenda para a Paz". Nestes trabalhos foram descritos as categorias mais usualmente empregadas para classificar as atividades realizadas pelas Nações Unidas no campo da paz e segurança, tomando como base estes documentos, que foram apresentados pelo Secretário-Geral da ONU, Boutros Boutros-Ghali, em 17 de Junho de 1992; e "Suplemento de Uma Agenda para a Paz", de 3 de Janeiro de 1995² :

- *Diplomacia Preventiva (preventive diplomacy): prevenção do surgimento de disputas entre Estados, ou no interior de um Estado, visando evitar a deflagração de conflitos armados ou o alastramento destes uma vez iniciados. Contempla ações autorizadas de acordo com o Capítulo VI da Carta da ONU.*

- *Promoção da Paz (peacemaking): ações diplomáticas empreendidas após o início do conflito, que visam a negociação entre as partes para a suspensão das hostilidades. Baseiam-se nos mecanismos de solução pacífica de controvérsias previstos no Capítulo VI da Carta da ONU.*

- *Manutenção da Paz (peacekeeping): ações empreendidas por militares, policiais e civis no terreno do conflito, com o consentimento das partes, objetivando a implementação ou o monitoramento do controle de conflitos (cessar-fogos, separação de forças, etc) e também a sua solução (acordos de paz). Tais ações são*

¹ A/ 3101 (XXVIII), Assembleia Geral, Nações Unidas, 11 de Dezembro de 1973.

² Branco, Carlos Martins. Instituto Português de Relações Internacionais. A ONU e o processo de resolução de conflitos: potencialidades e limitações. Dezembro | 2004 http://www.ipri.pt/publicacoes/revista_ri/artigo_rii.php?ida=48 Acesso em 22 de julho de 2014.

complementadas por esforços políticos no intuito de estabelecer uma resolução pacífica e duradoura para o litígio. A base jurídica deste tipo de operação não se enquadra perfeitamente no Capítulo VI nem no Capítulo VII da Carta da ONU, o que leva alguns analistas a situá-las em um imaginário “Capítulo VI e meio”.

- *Imposição da Paz (peace-enforcement):* respaldadas pelo Capítulo VII da Carta da ONU, essas operações incluem o uso de força armada na manutenção ou restauração da paz e segurança internacionais. São estabelecidas quando o Conselho de Segurança julga haver ameaça à paz, ruptura da paz ou ato de agressão. Podem abranger intervenções de caráter humanitário.

- *Consolidação da Paz (post-conflict peace-building):* executadas após a assinatura de um acordo de paz, tais operações visam fortalecer o processo de reconciliação nacional através da reconstrução das instituições, da economia e da infra-estrutura do Estado anfitrião. Os Programas, Fundos e Agências das Nações Unidas atuam ativamente na promoção do desenvolvimento econômico e social, mas também pode haver a presença de militares.

Cabe aqui destacar que tal classificação apenas nos oferece um marco conceitual para refletir sobre as operações de paz. Na realidade, a atuação da ONU na prevenção e resolução de conflitos implica na inter-relação entre tais categorias, sendo que o termo *peacekeeping* (“manutenção da paz”) é o mais abrangente para caracterizar as ações da ONU no campo da prevenção e negociação dos conflitos.

4.3 Outra classificação de missões de paz

As diversas operações de manutenção de paz, ao longo de décadas, sofreram uma série de mudanças acabando por poderem ser classificadas em dois momentos distintos. Foram classificadas em operações clássicas, ou de primeira geração, e em operações multidisciplinares, ou de segunda geração.

A seguir discorrerei sobre estas operações de acordo com as observações feitas por FONTOURA(p100).

4.3.1 Operações clássicas

Estas operações foram predominantes no período de 1948 até 1988. As operações clássicas ou de primeira geração tiveram como principais características os seguintes pontos:

a) Atuam em conflitos interestatais. São iniciadas após a cessação das hostilidades, com o intuito de proporcionar as melhores condições para o estabelecimento de um acordo de paz.

b) Suas atividades se resumem às atividades ligadas a tarefas militares como controle de fronteira, recolhimento de armas, monitoramento de cessar-fogo, tréguas, armistícios, dentre outras.

c) Seus integrantes são, na sua maioria, militares.

d) O mandato dificilmente foi modificado e se resume a preservar a paz. Outras situações são tratadas em instrumentos à parte.

e) Os atores envolvidos são claramente identificados e definidos. São eles a ONU, países em conflito e os países que contribuiram com os efetivos militares.

4.3.2 Operações multidisciplinares

As operações multidisciplinares acabaram por envolver outros atores na manutenção da paz. Ocorreram principalmente após 1988, sendo elas mais abrangentes no contexto social da região em conflito. Suas principais características são:

a) Atuam em conflitos intraestatais, normalmente após as partes beligerantes terem assinado um acordo de paz. A atuação fiscaliza e acompanha a implementação da paz.

b) Suas atividades procuram agir sobre o contexto social do conflito. Além das atividades militares incluem ações de cunho social e humanitário.

c) A composição é variada, com elementos civis e militares. Possui uma gama ampla de profissionais de diversas áreas de atuação.

d) O mandato da missão sofre ajustes ao longo do tempo, visando ajustar as ações de acordo com a evolução do contexto da missão e da situação da área de conflito.

e) Dentre os diversos atores a serem identificados pode-se observar a atuação de diversas agências da ONU, os países que contribuem para as tropas militares e grupos de paramilitares, milícias, tribos ou clãs envolvidos no conflito.

5 A PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA EM MISSÕES DE PAZ

Dois episódios marcam o início da participação brasileira em missões de paz. O primeiro seria a presença de um oficial de Marinha na Comissão da Liga das Nações que administrou a região durante o conflito entre a Colômbia e Peru, entre 1933-1934. O segundo momento seria a presença de um oficial do Exército e outro de Marinha na Comissão das Nações Unidas para os Bálcãs, que operou na Grécia de 1947 a 1951.

Durante os anos 50 e 60 o Brasil iria participar com efetivos maiores, inclusive integrando forças da ONU e da Organização dos Estados Americanos (OEA). Uma das mais longas missões que o Brasil participou neste período foi no Oriente Médio (UNEF). A missão durou mais de dez anos, de 1957 até 1967, envolvendo militares das três forças armadas.

5.1 Missões até 1987

Nestas missões, predominantes de primeira geração, o Brasil contribuiu para as seguintes missões: UNSCOB (Comissão Especial das Nações Unidas nos Bálcãs); UNEF 1 (Força de Emergência das Nações Unidas no Oriente Médio); UNTEA/UNSF (Força de Segurança das Nações Unidas na Nova Guiné); UNFICYP (Forças das Nações Unidas no Chipre); DOMREP (Missão do Representante Especial do Secretário-Geral da ONU na República Dominicana) e UNIPOM (Missão de Observação das Nações Unidas para a Índia e o Paquistão).

Neste período, cinquenta países cederam contingentes militares para as missões de paz. Canadá foi o país que mais esteve presente, em doze das treze missões de paz do período, seguido de Dinamarca (8), Finlândia (7), Suécia (7), Austrália (6), Itália (6), Irlanda (6), Países Baixos (5), Índia (4) e Nova Zelândia (4). O Brasil participou de seis missões, como já foi citado, estando entre os doze países que mais participaram de missões de paz durante o período.

5.2 Missões de 1988 até os dias atuais

De 1988 até os dias atuais a ONU desencadeou cinquenta e seis missões de paz, sendo que onze continuam ativas até os presentes dias. Destas missões o Brasil participa, atualmente, de oito operações de manutenção da paz, com cerca de 1.700 militares e policiais desdobrados.

A participação brasileira na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH) é o principal envolvimento do Brasil em operações de manutenção da paz do século XXI. O Brasil é o maior contribuinte de tropas para a missão no Haiti e ainda exerce o comando militar, por meio da nomeação de um oficial general para ser o Force Commander, desde 2004. Somente para a MINUSTAH, o Brasil já enviou mais de 15.000 soldados e oficiais ao país e mantém hoje contingente superior a 1.000 homens.

O Brasil também contribui para os esforços da ONU para a manutenção da paz no Líbano por meio do envio de fragata da Marinha do Brasil para liderar a Força-Tarefa Marítima (FTM) da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL). Embarcação brasileira integra a FTM desde novembro de 2011 com cerca de 270 militares, inclusive o comandante do componente naval da UNIFIL, que é um Contra-Almirante brasileiro.

Em 2012, o General de Divisão Carlos Alberto Santos Cruz, brasileiro, foi designado para exercer o comando militar da Missão das Nações Unidas para a Estabilização na República Democrática do Congo (MONUSCO). Esta missão conta com o segundo maior efetivo das forças de paz da ONU, com cerca de 19.000 militares e policiais presentes na região.

6. PARTICIPAÇÃO DO BRASIL E DE OUTROS PAÍSES NAS MISSÕES DE PAZ

No ano de 2014 cento e dezoito países participam das dezesseis operações de paz e de uma missão especial de assistência (Afeganistão) em andamento da ONU. Cada ano que se passa mais países tem contribuído com o esforço da ONU na construção da paz.

Ao buscar analisar a participação brasileira nas missões de paz, tínhamos que comparar a contribuição brasileira com os outros países buscando entender qual seria a importância da presença das tropas brasileiras na seara internacional.

Para esta análise foi estabelecida a comparação com os seguintes grupos:

- a. Países membros do MERCOSUL;
- b. As dez maiores economias mundiais;
- c. Os países chamados BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul);

e

- d. Os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU(CSONU).

Temos assim oito tabelas a analisar comparando a participação no envio de tropas às missões de paz. Estas tabelas foram construídas de acordo com o número médio de militares enviados as missões de paz pelos países analisados.

Com estas tabelas faremos a análise sobre a presença brasileira com os países que o Brasil acaba por ser comparado na seara internacional. Esta comparação procurará constatar se tem existe algum destaque considerável que possa sobressair a aspiração brasileira sobre um assento permanente no CSONU.

Os dados referentes ao números de países que contribuem para as missões de paz e de militares que integram as tropas foram obtidos no site da ONU, de acordo com os dados compilados referentes ao mês de março de cada ano em pauta. Os anos foram selecionados a partir de 2002 até o 2014.

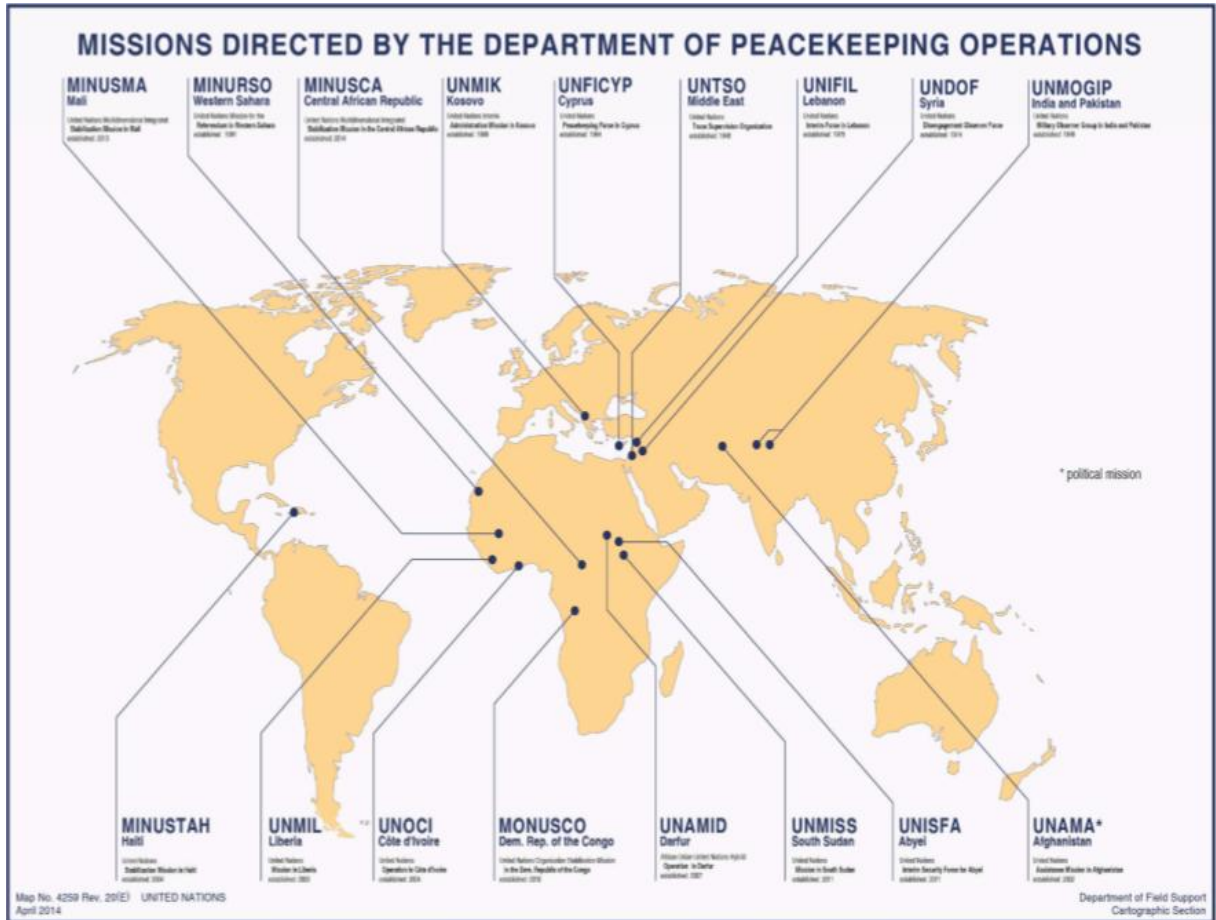


Figura 01 Missões das Nações Unidas em andamento (ano 2014)

Fonte: ONU, 2014.

6.1 Países membros do MERCOSUL

O Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) foi criado na década de 90, firmado pelo Tratado de Assunção em 1991. Inicialmente o bloco era composto por Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Nos dias atuais a Venezuela já pertence ao bloco de forma plena e a Bolívia deu início ao processo.

Este grupo será analisado comparando o Brasil com os seguintes países:

- a. Argentina;
- b. Bolívia;
- c. Paraguai;
- d. Uruguai;
- e. Venezuela.

País	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Argentina	612	671	674	1.137	906	891	935	877
Bolívia	211	216	222	249	235	453	441	447
Chile	44	17	14	582	572	522	519	517
Paraguai	19	22	36	47	53	86	73	76
Uruguai	1.064	1.597	1.870	2.611	2.567	2.583	2.589	2.546
Venezuela	4	0	0	0	0	0	0	0
Brasil	101	74	83	1.371	1.268	1.277	1.277	1.335

País	2010	2011	2012	2013	2014	Nr Total	Média
Argentina	864	1.023	1.026	879	869	11.364	874,15
Bolívia	440	239	226	210	231	3.820	293,85
Chile	538	535	529	496	444	5.329	409,92
Paraguai	95	188	211	204	163	1.273	97,92
Uruguai	2.517	2.450	2.260	2.157	2.143	28.954	2.227,23
Venezuela	0	0	0	0	0	4	0,31
Brasil	2.248	2.260	2.447	2.205	1.748	17.694	1.361,08

Tabela 1 e 2 Países membros do MERCOSUL, efetivos por ano.

Fonte: Archivo de fichas informativas de las operaciones de mantenimiento de la paz.

Desta tabela podemos analisar o seguinte:

O país que mais contribuiu foi o Uruguai, com uma média de 2.227 por ano. Em todos os anos de análise o Uruguai sempre superou os países do MERCOSUL na presença de seus homens nas missões de paz.

A Venezuela foi o país que teve a participação mais pífia, sendo os seus homens presentes somente no ano de 2002, ainda assim com apenas quatro elementos.

Em segundo lugar aparece o Brasil, mas cabe aqui uma análise mais profunda pois esta posição só acontece após a grande presença brasileira na Missão de Paz para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH) a partir do ano de 2004, mas que só aparece nesta análise no ano de 2005. Até este ano, 2005, além do Uruguai, Bolívia e Argentina superavam a participação nas missões de paz em relação ao Brasil. Nos anos de 2002 a 2004 a participação brasileira não superou o número de cento e um homens, sendo a contribuição argentina de mais de seiscentos e da Bolívia superando os duzentos homens.

6.2 As maiores economias mundiais

Segundo dados do Fundo Monetário Internacional, em relação ao ano de 2012, as onze maiores economias em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) foram as seguintes:

- a. Estados Unidos da América;
- b. China;
- c. Japão;
- d. Alemanha;
- e. França;
- f. Inglaterra;
- g. Itália;
- h. Índia;
- i. Canadá;
- j. Espanha e
- k. Rússia.

País	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Alemanha	479	390	311	295	283	1.071	621
Brasil	101	74	83	1.371	1.268	1.277	1.277
Canadá	284	268	235	327	169	139	169
China	117	111	648	1.042	1.137	1.809	1.978
Espanha	204	144	27	255	68	1.164	1.251
França	486	327	330	599	587	1.975	1.924
Índia	2.877	2.742	2.919	6.009	9.061	9.471	8.964
Itália	320	179	166	194	108	2.539	2.873
Japão	467	528	408	30	30	38	36
Reino Unido	713	598	577	299	344	364	348
Rússia	382	322	320	350	207	300	290
USA	730	584	482	363	369	321	297

País	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Nr Total	Média
Alemanha	296	294	288	200	193	259	4.980	383,08
Brasil	1.335	2.248	2.260	2.447	2.205	1.748	17.694	1.361,08
Canadá	192	168	221	168	132	122	2.594	199,54
China	2.146	2.136	2.044	1.904	1.860	2.177	19.109	1.469,92
Espanha	1.103	1.139	1.113	1.058	715	599	8.840	680,00
França	2.544	1.738	1.471	1.266	950	958	15.155	1.165,77
Índia	8.631	8.765	8.657	8.134	7.812	7.923	91.965	7.074,23
Itália	2.727	2.149	1.744	1.181	1.137	1.138	16.455	1.265,77
Japão	39	231	260	499	271	271	3.108	239,08
Reino Unido	301	283	283	285	298	357	5.050	388,46
Rússia	347	366	255	109	103	107	3.458	266,00
USA	100	88	91	131	118	120	3.794	291,85

Tabela nr 3 e 4 Maiores economias do mundo, efetivos por ano.

Fonte: : Archivo de fichas informativas de las operaciones de mantenimiento de la paz.

Das tabelas nr 03 e 04 podemos inferir o seguinte:

O maior contribuidor de homens são a Índia, com uma média anual de sete mil e setenta e quatro homens, seguidos pela China, com mil quatrocentos e sessenta e nove, sendo o Brasil o terceiro maior contribuidor com uma média de mil trezentos e sessenta e um. A Itália e a França são o quarto e o quinto países contribuintes ambos superando a média de hum mil e cem militares por ano.

Já do outro lado da tabela, como menores contribuidores, encontram-se Canadá, Japão, Rússia e Estados Unidos da América com médias inferiores a trezentos militares por ano.

6.3 Os BRICS - Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul

O acrônimo BRICs foi formulada pelo economista-chefe da Goldman Sachs, Jim O'Neill³, em estudo de 2001, intitulado "Building Better Global Economic BRICs".

³ Jim O'Neill é um economista inglês que ocupa atualmente o cargo de chefe de pesquisa em economia global do grupo financeiro Goldman Sachs desde 2001. Ele é mais conhecido por ter criado o termo BRIC para se referir às economias do Brasil, Índia, Rússia e Cadesão da África do Sul, foi acrescentado um 'S' do inglês South Africa, mudando o nome *BRIC* para *BRICS*. O'Neill tem um particular interesse e sucesso no Mercado Internacional de Divisas e foi descrito em 2005 por Gavyn Davies, o principal executivo da BBC entre 2001 e 2004, como um dos "principais economistas do Mercado Internacional de Divisas do mundo na década passada".

Após este estudo, o termo BRICs tornou-se conhecido nos meios econômico-financeiros, empresariais, acadêmicos e de comunicação. Somente no ano de 2006, o conceito da união destas economias deu origem a um agrupamento, propriamente dito, aproximando e unindo-se às políticas externas dos países Brasil, Rússia, Índia e China. No ano de 2011, quando se realizava a III Cúpula⁴, a África do Sul passou a fazer parte do agrupamento, que adotou a sigla BRICS.

O peso econômico dos BRICS é certamente considerável. Sua importância econômica vem crescendo a ponto de representar 9% da economia mundial no ano de 2003, passando a 14% em 2009 e chegando a 18% com a inclusão da África do Sul em 2010.

País	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
África do Sul	104	159	1.466	2.316	2.046	1.188	1.771	2.015
Brasil	101	74	83	1.371	1.268	1.277	1.277	1.335
China	117	111	648	1.042	1.137	1.809	1.978	2.146
Índia	2.877	2.742	2.919	6.009	9.061	9.471	8.964	8.631
Rússia	382	322	320	350	207	300	290	347

País	2010	2011	2012	2013	2014	Nr Total	Média
África do Sul	1.976	2.174	2.120	2.069	2.188	21.592	1.660,92
Brasil	2.248	2.260	2.447	2.205	1.748	17.694	1.361,08
China	2.136	2.044	1.904	1.860	2.177	19.109	1.469,92
Índia	8.765	8.657	8.134	7.812	7.923	91.965	7.074,23
Rússia	366	255	109	103	107	3.458	266,00

Tabela nr 05 e 06 Países BRICS, efetivos por ano.

Fonte: : Archivo de fichas informativas de las operaciones de mantenimiento de la paz.

Analisando estas tabelas pode-se observar que a média de participação da Rússia é irrisória no contexto do grupo analisado, com uma média de 266 homens por ano.

⁴ A III Cúpula dos BRICS foi realizada em Sanya, República Popular da China, em 14 de abril de 2011. Os cinco chefes de estado integrantes do grupo compareceram ao evento: o Presidente da República Popular da China Hu Jintao, o Presidente da África do Sul Jacob Zuma, a Presidente do Brasil Dilma Rousseff, o Presidente da Rússia Dmitri Medvedev e o Primeiro-ministro da Índia Manmohan Singh. O assunto principal da cúpula foi a reforma do Sistema Monetário Internacional.

Nesta comparação a posição relativa brasileira está em penúltimo lugar, com a média de 1.360 homens por ano.

Destaca-se neste grupo a Índia com mais de sete mil homens por ano, seguidos da África do Sul, com uma média de hum mil, seiscentos e sessenta homens, seguidos pela China com hum mil, quatrocentos e sessenta e nove pessoas.

6.4 Os membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU e o Brasil

Criado com a finalidade de manter a paz e a segurança internacional, o CS da ONU é formado por cinco membros permanentes e dez membros eleitos entre os signatários da Carta das Nações Unidas.

Fazem parte do CS como membros permanentes os Estados Unidos da América, Rússia, Inglaterra, China e França.

País	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Brasil	101	74	83	1.371	1.268	1.277	1.277
China	117	111	648	1.042	1.137	1.809	1.978
França	486	327	330	599	587	1.975	1.924
Reino Unido	713	598	577	299	344	364	348
Rússia	382	322	320	350	207	300	290
USA	730	584	482	363	369	321	297

País	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Nr Total	Média
Brasil	1.335	2.248	2.260	2.447	2.205	1.748	17.694	1.361,08
China	2.146	2.136	2.044	1.904	1.860	2.177	19.109	1.469,92
França	2.544	1.738	1.471	1.266	950	958	15.155	1.165,77
Reino Unido	301	283	283	285	298	357	5.050	388,46
Rússia	347	366	255	109	103	107	3.458	266,00
USA	100	88	91	131	118	120	3.794	291,85

Tabela 07 e 08 Membros permanentes do CS da ONU, efetivos por ano.

Fonte: : Archivo de fichas informativas de las operaciones de mantenimiento de la paz.

Os membros do CS da ONU tem um comportamento muito diferente do que talvez viesse a ser imaginado.

Com uma participação muito baixa na tabela identifica-se Rússia, USA e Reino Unido, ambos com média inferior a quatrocentos homens por ano.

Já na outra ponta a França e China aparecem com mais de um mil e cem homens por ano.

A participação brasileira, com média de um mil e trezentos homens, fica inferior somente à chinesa, que desponta com um mil, quatrocentos e sessenta e nove homens por ano no período considerado.

7 CONCLUSÃO

A proposta deste trabalho foi de analisar a participação brasileira com o envio de homens para as Forças de Paz comparando-a com a de outros países, buscando desta forma verificar se o peso estratégico brasileiro no cenário mundial é compatível com participação nas missões de paz da ONU.

Ao fazer estas comparações busquei analisar a participação brasileira comparando os países do MERCOSUL (nossos vizinhos e parceiros políticos e comerciais), os países chamados BRICS (países que foram identificados com o Brasil como sendo as principais economias emergentes da atualidade), as de maiores potências econômicas e os membros do CS permanente da ONU.

Destas análises concluo que apesar da participação brasileira ter ultrapassado uma média superior a mil homens por ano, o papel da presença militar brasileira nas missões de paz ainda está longe de ser um fator determinante em um processo de maior reconhecimento do Brasil na seara internacional.

Países com o Uruguai tem uma participação com um maior efetivo nas missões de paz, sem no entanto poder ser destacado como uma potência de peso regional.

Já diante das potências econômicas, a presença brasileira é mediana, destacando entre países como USA, Canadá, Reino Unido, Rússia, Alemanha e Japão. Nossa participação aproxima-se da presença francesa e italiana. Porém, ao comparar com a Índia e com a China constata-se uma diferença significativa, pois estes países apresentam uma média bem superior à brasileira.

Ao comparar com as nações emergentes pode-se verificar que a média brasileira fica em uma posição relativa superior à russa, mas perde em relação ao restante destas nações.

Por fim, com os membros do CS permanente da ONU identifica-se a pequena presença da maior potência militar do planeta e seu maior aliado estratégico, USA e Reino Unido, e de seu antagonico, Rússia, com participações inexpressivas. Já a França e a China tem uma média maior que a brasileira.

Ao analisar todas estas comparações da participação brasileira com diversos grupos de países apresentam-se algumas ideias:

a. A participação brasileira nas missões de paz voltou a ser significativa após a criação da MINUSTAH no ano de 2004;

b. Membros do próprio CS permanente da ONU não tem uma participação tão representativa na missões de paz;

c. Grandes economias mundiais não tem um comportamento uniforme, tendo países que enviam milhares de homens e outros que se restringem a poucas centenas;

d. No bloco econômico onde o Brasil tem o maior peso econômico e populacional, MERCOSUL, a participação brasileira é superada pelo Uruguai; e

e. As nações emergentes (BRICS), excluindo a Rússia, tem uma presença nas tropas de paz considerável. Neste grupo o Brasil só supera os russos.

O início do século XXI marcou a importância do Brasil como sendo uma das economias emergentes, a destacar-se das demais nações mundiais. Neste contexto, o Brasil foi chamado a ocupar um papel de maior importância na seara mundial.

A maior participação das tropas brasileiras nas missões de paz, particularmente após 2004, demonstra a determinação brasileira em assumir um papel de maior relevância mundial. Apesar do aumento da presença brasileira este quesito único não é essencial para o ambicionar uma posição mais relevante na ONU.

Com uma política mais participativa na seara mundial voltamos a atender à necessidade da ONU no empenho de tropas para o estabelecimento da paz, voltando a cena mundial como foi nossa participação nas missões de paz junto ao Oriente Médio, República Dominicana, Moçambique, Angola e Timor Leste.

Ao finalizar este trabalho, conclui-se que apenas a participação em missões de paz não proporciona ao país uma posição de destaque na seara das Nações, nem serve de base relevante para fortalecer o desejo de ocupar um lugar permanente no Conselho de Segurança da ONU.

REFERÊNCIAS

- BRANCO, Carlos Martins. Instituto Português de Relações Internacionais. A ONU e o processo de resolução de conflitos: potencialidades e limitações. Dezembro 2004. Disponível em < http://www.ipri.pt/publicacoes/revista_ri/artigo_rri.php?ida=48>. Acesso em: 22 jul. 2014.
- BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Exército em Ação Missões Atuais. Disponível em < <http://www.eb.mil.br/apresentacao>>. Acesso em: 19 maio 2014.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Nações Unidas. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/temas-multilaterais/paz-e-seguranca-internacionais/nacoes-unidas/print-nota>>. Acesso em: 25 maio 2014.
- CARDOSO, Afonso José Sena. **O Brasil nas operações de paz das Nações Unidas**. Brasília,DF: Instituto Rio Branco, 1998.
- CARVALHO, Carlos Delgado de. **História Diplomática do Brasil**. Edição Fac-Similar. Brasília,DF: Senado Federal, 1998.
- DEZ anos no Haiti: a missão militar ajudou a projetar o Brasil no mundo?. BBC. Disponível em < http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/05/140526_brasil_haiti_analise_hb.shtml>. Acesso em: 01 jun. 2014.
- FONTOURA, Paulo Roberto Campos Tarrisse da. **O Brasil e as operações de manutenção da paz das Nações Unidas**. Brasília,DF: Instituto Rio Branco, 1998.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Conheça os BRICS**. Disponível em <<http://www.ipea.gov.br/forumbrics/pt-BR/conheca-os-brics.html>>. Acesso em: 16 jun. 2014.
- JIM O'Neill. In: WIKIPEDIA: a enciclopédia livre. Estados Unidos: Fundação Wikimpédia, 2003. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Jim_O'Neill>. Acesso em: 22 maio 2014.
- LIMA, Cristiane Helena de Paula. O Caráter Obrigatório das Decisões do Conselho de Segurança das Nações Unidas. **Revista Eletrônica de Direito Internacional**, v.4, p. 413-458. 1. sem. 2009. Arquivo eletrônico: p. 21.
- LISTA de Países por PIB Nominal. In: WIKIPEDIA: a enciclopédia livre. Estados Unidos: Fundação Wikimpédia, 2003. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Anexo:Lista_hist%C3%B3rica_dos_dez_pa%C3%ADses_mais_ricos_do_mundo>. Acesso em: 22 maio 2014.
- MORE, Rodrigo Fernandes. **Fundamentos das Operações de Paz das Nações Unidas e a Questão do Timor Leste**. 2002. 57f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

O CONSELHO de Segurança das Nações Unidas. In: WIKIPEDIA: a enciclopédia livre. Estados Unidos: Fundação Wikimpédia, 2003. Disponível em: <<http://www.brasil-cs-onu.com/o-conselho/membros/>>. Acesso em: 17 maio 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. A/ 3101 ,n. 38, Assembleia Geral. Nações Unidas, 11 Dezembro 1973. Disponível em: < <http://daccess-ods.un.org/TMP/7751985.78834534.html> >. Acesso em: 22 jul. 2014

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Archivo de fichas informativas de las operaciones de mantenimiento de la paz. Disponível em: <http://www.un.org/es/peacekeeping/resources/statistics/factsheet_archive.shtml>. Acesso entre: 10 maio à 27 jun. 2014.

_____. United Nations Peacekeeping Operations. Disponível em <<http://www.un.org/en/peacekeeping/archive/2014/bnote0614.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2014.

_____. Brasil se despede do Conselho de Segurança da ONU. Disponível em: <<http://www.brasil-cs-onu.com/entrevista-brasil-se-despede-do-conselho-de-seguranca/>>. Acesso em: 27 jun. 2014.

TEORIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS. In: WIKIPEDIA: a enciclopédia livre. Estados Unidos: Fundação Wikimpedia,2003. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Teoria_das_rela%C3%A7%C3%B5es_internacionais>. Acesso em: 02 jun. 2014.

TERCEIRA Cúpula dos BRICS. In: WIKIPEDIA: a enciclopédia livre. Estados Unidos: Fundação Wikimpédia, 2003. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Terceira_c%C3%BApula_do_BRICS>. Acesso em: 15 jun. 2014.